

# ÉTICA E POLÍTICA NA REPÚBLICA DE PLATÃO

Hamilton Teixeira dos Santos Júnior\*

1 Introdução. 2 Filosofia política. 3 A categoria central da política.  
4 Cidade ideal e indivíduo. 5 Considerações finais.

## RESUMO

Trata o artigo da articulação existente entre ética e política no pensamento filosófico de Platão, destacando-se a posição adotada no livro *A República*, bem como sua concepção de filosofia política - a categoria essencial de política, a relação entre a cidade ideal e o indivíduo e a sua importância na atualidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Ética. Política. República.

## 1 INTRODUÇÃO

Procurou-se expor a articulação existente entre a ética e a política no pensamento de Platão, mais precisamente na sua extraordinária obra *a República*. Para tanto, necessário se fez situar o pensamento de Platão naquilo que lhe é peculiar quanto a seu entendimento do que seja filosofia e de sua relação com a política, ou seja, como articular filosofia e política em seu pensamento.

Nesse sentido, situou-se o pensamento de Platão na época em que é desenvolvido; a importância da morte de Sócrates; a educação outrora recebida pelos atenienses e, principalmente, em que consistiria uma educação voltada para o entendimento da essência da verdadeira política para uma cidade.

Em segundo lugar, tornou-se essencial discorrer sobre a categoria política cujo eixo norteia toda a perspectiva da filosofia platônica quer seja política, quer seja ética. Em outros termos, perguntou-se e discorreu-se sobre a categoria de *justiça*, cuja importância e caracterizações são de inestimável valor na concepção de Platão acerca da política e de sua relação com a ética, pois, uma vez sabedor da essencialidade do que seja a política, saberá o político governar com ética, posto que sabedor inevitavelmente das virtudes presentes dos verdadeiros homens públicos.

Em terceiro lugar, afigurou-se de insofismável importância discorrer sobre o mundo das idéias desenvolvido no capítulo VII da *República*, visto

---

\* Mestre em Filosofia pela UFC e Professor de *Filosofia e Ética* da Faculdade Evolutivo – FACE. (hamiltonteixeira@aol.com)

que só através da concepção de cidade perfeita, em todas as suas inter-relações de ordem produtiva, de segurança e governabilidade, pôde se ter uma visão ampla da relação entre a ética e a política no pensamento platônico em sua capital obra acima referida.

Por fim, concluímos nosso trabalho apontando para a importância do estudo da obra de Platão, tanto em seus aspectos acadêmicos como de reflexão acerca da estrutura política, desnudando a característica angular que todo político deve ter, i.e., a busca pela essencialidade da política e seu exercício fulcrado na virtude da justiça.

## 2 FILOSOFIA E POLÍTICA

Segundo alguns autores<sup>1</sup>, parece difícil fazer uma distinção entre o que seja da ordem da ética, do conhecimento epistemológico e da política no pensamento de Platão, pois na exposição de seu pensamento, todas essas instâncias do saber humano estão inter-relacionadas, de modo que discorrer sobre uma dessas áreas implica, necessariamente, fazer referência às demais áreas.

Diante dessa interconexão entre os diversos campos do saber no pensamento de Platão, de imediato surge uma questão salutar que é perguntar por quais motivos pode-se afirmar tal vinculação.

Para responder a tal indagação, oportuno se faz referenciar o contexto do pensamento de Platão, tanto no plano filosófico quanto no plano histórico. Em outros termos, responder pela interconexão dos saberes em Platão, necessário se faz a contextualização histórica na qual Platão se situa, principalmente em relação à concepção de política existente em Atenas.

Assim, Platão já dizia em sua *VII Carta*<sup>2</sup> que desde a juventude nutria desejos de intervir na vida política de sua cidade, pois, em sua concepção, o exercício da política tinha como princípio norteador governar em direção à justiça, condenando toda e qualquer interferência maléfica que, porventura, pudesse desviar da justa medida, ou melhor dizendo, da virtude justa, sustentada sobretudo na sabedoria, coragem e temperança.

Todavia, para Platão, a cidade na qual vivera não era governada pelo seu ideal político, pois a política exercida pelos seus governantes era voltada para interesses de poucos<sup>3</sup>, bem como era notório o exercício da corrupção, uma vez que Atenas tinha passado por constantes guerras, cujo enfraquecimento político foi de conseqüências significativas, tanto do ponto de vista histórico como filosófico, pois, a partir dessa conjuntura, Platão faz referência ao que seja virtuosamente a política.<sup>4</sup>

Outro traço significativo e de profundas conseqüências no pensamento filosófico e político de Platão foi, sem dúvida, a morte de Sócrates, tido

“entre todos aqueles que lhe foi permitido conhecer, o melhor, o mais sábio e o mais justo”.<sup>5</sup> Inaceitável, pois, a morte daquele possuidor das mais estimáveis virtudes essenciais a qualquer homem, principalmente no campo da política, uma vez que só através das verdadeiras qualidades de virtudes inerentes ao político é que se poderia governar com justiça.

Ora, poder-se-ia indagar como chegar à essencialidade da justiça. Platão responde fazendo referência a uma educação voltada para a busca de tal essencialidade.

Na realização desse horizonte, Platão passa em revista a educação outrora existente em Atenas, assinalando em que consistia para ao fim discurrir sobre sua concepção.

Para tanto, discorre frisando que a educação ateniense sustentava-se, sobretudo, nas produções literárias de Homero e Hesíodo, ressaltando-se o ensino da música e a prática da ginástica, duas formas educacionais indispensáveis, as quais perduraram na concepção da cidade ideal concebida por Platão n’*A República*.

Por outro lado, não resta dúvida, dado o meio no qual vivia, a importância de disciplinas como a matemática, a astronomia e as concepções dos filósofos pré-socráticos, como também de lições recebidas de um sofista.<sup>6</sup>

Porém, Platão critica veementemente a deficiência na qual consistia essa educação. Primeiramente, em *A República*, principalmente no livro III, enfatiza a debilidade existente nos ensinamentos constantes nas obras de Homero e Hesíodo, mais precisamente as referentes às disputas existentes entre os deuses, os quais, particularmente conforme a narrativa de Hesíodo, diversos eram os expedientes usados para as conquistas as quais almejavam, não se respeitando os valores morais e religiosos. Em outros termos, para Platão, a narrativa de disputas existentes entre os deuses, com o requinte de violações a esses valores, não deveria ser ensinada aos jovens atenienses, pois poderia servir de maus conselhos na formação da sociedade, podendo, conseqüentemente, servir de modelos malsinados no exercício da cidadania. Nesse sentido, portanto, Platão achava despiendo o ensino oriundo tanto de Homero como de Hesíodo.<sup>7</sup>

Não obstante essas observações acerca das banalizações dos valores morais, ressalte-se, na oportunidade, a mudança de perspectiva instaurada por Platão a respeito da realidade, pois se sai de uma perspectiva marcada por uma consciência mitológica para uma mudança radical esteada na razão, mudança essa já presente nos pré-socráticos.<sup>8</sup>

Em segundo lugar, as produções teóricas acerca da astronomia e da matemática, principalmente as referentes aos pré-socráticos, por mais importância que tivessem no pensamento platônico, não respondia as suas inquietações, pois faltava a esses uma referência a qual Platão descreverá como pertencente ao mundo inteligível ou mundo das idéias, caracterizado como

ordenado e harmonioso, fulcrado sobretudo na razão reflexiva. Em outras palavras, embora as reflexões dos pré-socráticos implicassem uma mudança de perspectiva acerca da realidade, rompendo inclusive com a consciência mitológica outrora existente entre os gregos e apresentando um modo reflexivo de tematização do todo da realidade enquanto condição de possibilidade do pensamento, enquanto apreensão do real em sentido estrito<sup>9</sup>, Platão frisava que os pré-socráticos não se perguntavam pelo *mundo das essências*, tendo tão-somente acentuado a prioridade do todo.<sup>10</sup>

Por fim, o ensinamento por parte dos sofistas encontrava-se aquém de quaisquer referências à educação, pois se caracterizava essencialmente pela argumentação persuasiva, destituída de qualquer vinculação com a busca da verdade, da reta razão e a justa medida, ou seja, a princípios éticos, uma vez que a persuasão tinha exclusivamente a característica do convencimento, não importando o logro e o engodo a que se poderia submeter-se.<sup>11</sup>

Portanto, eis, sucintamente, o quadro no qual era concebida e desenvolvida a educação ateniense e pela qual passou Platão. Todavia, por mais crítico que tenha sido diante desse modelo, pode-se dizer que Platão o passa por um refinamento, no qual ressalta, em primeiro lugar, a importância da música e da ginástica no processo de formação do jovem ateniense, os quais poderão resultar nos futuros guardiões da cidade ideal.

Em segundo lugar, as conseqüências das discussões em torno da matemática e da astronomia, principalmente por parte dos pitagóricos, serão de significativa importância, pois a matemática desses pensadores, mesmo implicando uma ontologia<sup>12</sup>, tinha como características a ordenação do mundo, sua hierarquização e harmonia, tópicos nevrálgicos quando elevada ao mundo das idéias, uma vez concebido em retidão e beleza.<sup>13</sup>

Finalmente, o embate discursivo com os sofistas também tem sua significação salutar, haja vista toda a produção, não só do método socrático (maieutica) na busca da verdade enquanto tal, como de sua filosofia como um todo, principalmente ao aspecto ético, indispensável em todas as esferas do saber humano, sobretudo, no campo político, o qual deve ser exercido com a verdadeira virtude da justiça.

Ora, mais em que consiste falar na verdadeira virtude da justiça? Eis o próximo tópico.

### 3 A CATEGORIA CENTRAL DA POLÍTICA

Em consonância com os argumentos já referenciados acima, vislumbra-se uma questão angular presente no pensamento de Platão que norteia todos os seus questionamentos e posicionamentos acerca da realidade como um todo. Esse questionamento refere-se a pergunta pela essência do mundo.

A partir da pergunta pela essência do mundo, surge, segundo Manfredo Oliveira, a metafísica, a qual se põe a descobrir as diferenças eidéticas dadas pela sua forma básica de questionamento: Que é isto?<sup>14</sup>

Dessas considerações, Platão parte da análise da sociedade mundana em todas as suas mazelas, propondo como saída da miserabilidade do homem e da corrupção da *polis*, um mundo radicalmente distinto da historicidade do homem, marcado, sobretudo, por modelos eternos, onde haveria uma norma imutável, a qual deveria reger a vida na cidade, principalmente através da política.<sup>15</sup>

Nesse horizonte, então, afigura-se a preponderância do ensinamento platônico enquanto metafísico, pois se transcende da situação fática para modelos eternos de governabilidade da polis com o devido regramento da cidade, caracterizando-se a inter-relação entre metafísica e política, uma vez que sua filosofia política é metafísica. Corroborando, nesse sentido, Manfredo Oliveira, quando afirma:

A filosofia enquanto metafísica surgiu da própria crise do Estado ateniense e se entendeu essencialmente política, na medida mesma em que, transcendendo a situação fática, julgava-se a partir de uma norma que não é deduzível do fático<sup>16</sup>.

Ora, diante de tal argumentação, insurgem conseqüências significativas no direcionamento da *polis* enquanto instituição governada pela razão político-metafísica, visto que, saindo-se da mundanidade fática, baseada no individualismo e subjetivismo pregado pelos sofistas, surgem às normas imutáveis, *a priori*, as quais devem reger a vida dos indivíduos em sociedade que, através da razão intersubjetiva, implica uma vida humana digna. Mais uma vez preleciona Oliveira, ao asseverar:

(...) a essência é a norma imutável, e os homens e as coisas só são permanentes pela 'participação' nas essências imutáveis. É a descoberta da essência<sup>17</sup> que permite à metafísica superar o positivismo da sofística.

Mais adiante, assim se pronuncia:

(...) Diante da catástrofe fática do humano provocada pela sofística, a metafísica propõe-se como caminho de salvação à medida que faz o homem redescobrir a força que deve ordenar o todo de sua vida individual e social: a razão. Neste sentido, vida digna do homem é, para a metafísica, sinônimo de vida<sup>18</sup> racional, isto é, vida fundada na normatividade intersubjetiva.

Diante da ontologia concebida por Platão enquanto condição de possibilidade de governabilidade do Estado, surge o questionamento acerca da natureza do conhecimento enquanto condição dessa nova forma de governar,

ou seja, como é concebida essa práxis acerca da governabilidade do Estado.

Para Platão, essa *praxis*, como forma distintiva de qualquer outro tipo de governabilidade, caracteriza-se como uma arte, concebida como uma forma de saber acerca de determinado ofício. Ora, para os gregos, e não diferentemente para Platão, exercer uma forma de ofício, baseado num saber, além de ser uma arte, implica uma virtuosidade, pois ser hábil é ter uma virtude no desempenho do exercício, bem como no prazer ao exercê-lo.<sup>19</sup>

Conseqüência dessa arte entrelaçada à virtude é seu relacionamento com o bem, pois a relação das artes entre si, numa ordem ascendente, implica em uma escala que, segundo Platão, é do bem enquanto tal. Portanto, a arte de governar ou a política enquanto arte, implica saber, que por sua vez implica em virtude, resultando no bem enquanto tal.

Nesse sentido, portanto, o bem em si é marca ineliminável de todo o indivíduo, pois para Platão, só a partir do indivíduo ético-racional poder-se-á desenvolver “(...) todas as suas capacidades no melhor Estado”.<sup>20</sup>

Ora, desenvolver capacidades no melhor Estado implica, em sua própria natureza, o entrelaçamento entre o indivíduo e o Estado, mediado pela categoria da justiça, pois só através dessa categoria, pode-se ter realmente a dimensão do que seja o político.

Nesse ínterim, vislumbra-se, diante das considerações aduzidas, o entrelaçamento da justiça e a dimensão do verdadeiro político como uma espécie de *bem*, no sentido platônico, uma vez que a justiça como verdadeira categoria de político, implica numa postura ética, que por sua vez é um bem em si mesmo, longe de quaisquer outras conseqüências.

Afigura-se, pois, que para Platão, uma vez caracterizada a justiça como virtude ou um bem em si mesmo, a partir do indivíduo ético-racional, ter-se-ia uma forma de Estado justo, tendo como primazia à realização de todos os potenciais individuais, de forma igualitária e de acordo com as funções individuais e educacionais de cada um.

Nessa perspectiva, portanto, a partir da primazia do bem enquanto tal e suas imbricações em relação à justiça e à política, mais precisamente enquanto condição de possibilidade de uma ética do indivíduo, bem como de um Estado justo, esteiado em regras racionais, é que se tem toda uma fundamentação da ação humana e suas implicações no desnudamento de um “(...) conhecimento verdadeiro e uma vida reta, nele fundado”<sup>21</sup>. Seguindo ainda as considerações de Oliveira, tem-se, afirmativamente:

(...) O bem é o fundamento do ser e do conhecer e, com isso, possibilidade de uma vida reta, em correspondência a ele, como *norma suprema* do agir, o que possibilita ao homem seu transcender sobre o ser,<sup>22</sup> sobre o existente, portanto uma vida que transcende o vigente.

Ora, caracterizar a justiça como categoria central para o político, sustentado no bem enquanto condição de possibilidade de uma vida reta, implicando num Estado ideal, é característica essencial no pensamento platônico. Todavia, poder-se-ia indagar: qual a relação entre Estado e indivíduo segundo Platão? Eis o próximo tópico.

#### 4 CIDADE IDEAL E INDIVÍDUO

Neste tópico, muito já foi dito em relação à cidade ideal, ou perfeita como chama Alexandre Koyré<sup>23</sup>, pois as caracterizações inerentes ao indivíduo e a ética que lhe é peculiar, referendadas a partir da categoria de bem em si, enquanto possibilidade de toda uma vida reta e justa, estão, necessariamente, implicadas ao Estado, pois o Estado, na acepção platônica, é a realização das potencialidades do indivíduo, bem como o indivíduo, em sua relação com outros indivíduos, é que possibilita a existência de um Estado ideal. Em outras palavras, o indivíduo é uma micro-polis e o Estado um macro-homem.<sup>24</sup>

Por conseguinte, tendo em vista as considerações encimadas, um aspecto exemplar dessa relação entre a cidade ideal e o indivíduo pode ser visualizada no Livro VII da República.

Neste livro, tem-se em que consistiria uma cidade ideal e a postura de seu governante. Todavia, salutar é a educação necessária e indispensável à formação do governante dessa cidade.

Nesse sentido, a alegoria da caverna serve de modelo ilustrativo quanto a caracterização da cidade ideal e de seu governante, pois descreve as etapas necessárias a busca da sabedoria suprema, ou seja, a ciência do bem. Uma vez de posse dessa sabedoria, representada pelas diferentes etapas educacionais que o futuro governante deve ter, esse estará em melhores condições de reconhecer os verdadeiros valores de condução da cidade perfeita.

Assim, pode-se dizer sucintamente que a alegoria da caverna tem como sentido primordial caracterizar a distinção entre dois mundos, bem como a elevação de um mundo a outro. Em outros termos, a escuridão da caverna teria como traço essencial à referência ao mundo dos sentidos, das sombras, diferenciando-se, dessa forma, o mundo sensível. Por outro lado, a luz do sol, ao se ascender do mundo da caverna ao dia, delimitar-se-ia como o mundo da luz, da verdadeira realidade. Portanto, de um lado, o mundo das trevas, da escuridão, da sensibilidade. De outro, um mundo da claridade, da realidade, da inteligibilidade.

Conseqüentemente, aquele que porventura ascender ao mundo inteligível, terá, ao retornar ao mundo sensível, todas as condições de reconhecer os verdadeiros modelos das sombras refletidas pela luz do mundo real, pois conhecedor será do mundo inteligível, uma vez que ascendeu a luz desse.

Não obstante a essas breves características da alegoria da caverna, importa ainda ressaltar as ciências indispensáveis à formação do verdadeiro filósofo e, por conseguinte, do verdadeiro político a governar a cidade ideal. Tais ciências referem-se, sobretudo, a matemática, a aritmética, a astronomia, a geometria e a estereometria, ciências que, de certa forma, caracterizam seres eternos, imutáveis e perfeitos.

A educação mediada pelo ensinamento dessas ciências e a dialética a ela inerente, uma vez que só através dela se pode chegar ao mundo inteligível (a matemática constitui apenas o primeiro passo da dialética), implicará na seleção e formação dos futuros filósofos governantes da cidade ideal, de modo a que desde a juventude até a idade madura, de cinqüenta anos, os melhores distinguiam-se entre seus pares, elevando-se à ciência do Bem, como também tendo todas condições de governar com justiça e retidão, razões últimas de todo político enquanto ético, assegurando a liberdade e a felicidade de todos. Para Platão, a esta tarefa é totalmente exequível, pois não se trata de um sonho em vão. Assim se pronuncia, através de Sócrates:

(...) embora difíceis, eram de algum modo possíveis, mas não de outra maneira que não seja a que dissemos, quando os governantes, um ou vários, forem filósofos verdadeiros, que desprezem as honrarias actuais, por as considerarem impróprias de um homem livre e destituídas de valor, mas, por outro lado, que atribuem a máxima importância à rectidão e às honrarias que dela derivam, e consideram o mais alto e o mais necessário dos bens a justiça, à qual servirão e farão prosperar, organizando assim a sua cidade.

No mesmo sentido, Platão assim assevera no *Político*:

(...) Abrange, em cada cidade, todo o povo, escravos ou homens livres, estreita-os todos na sua trama e governa e dirige, assegurando à cidade, sem falta ou desfalecimento, toda a felicidade de que pode desfrutar”, sendo, por conseguinte<sup>28</sup> “(...) o excelente retrato do homem real e do homem político.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa simplificada exposição entre a ética e a política no pensamento de Platão, mais precisamente a algumas atinentes ao livro VII da República, fica-nos a indagação de que porquê estudar Platão nos tempos atuais.

Em primeiro lugar, só o simples fato de se ler Platão já responderia por si só a essa indagação, posto que, além de ser um clássico da tradição filosófica, indispensável a qualquer formação ético-político, pois o ensinamento da busca do bem em si, enquanto condição de possibilidade tanto do indivíduo, como do Estado, de justiça, mediada sobretudo numa normatividade racional, torna imprescindível sua leitura.

Em segundo lugar, dada a atual conjuntura política em que nos encontramos, tanto em nível mundial, como em nível territorial, onde a corrupção e o desdém para com as coisas públicas banalizaram-se em nossa sociedade (fatos estes notórios nos mais diversos meios de comunicações<sup>27</sup>), tornando-se um meio viável de se conquistar os objetivos desejados, é que a reflexão por uma postura ética se torna indispensável à conduta social, principalmente na esfera política.

Portanto, diante dessas duas pequenas considerações, mas de valor inestimável, é que consideramos o presente estudo de suma importância, pois, como muito bem expressa Alexandre Koyré: "(...) Na crise que agita o mundo, a mensagem de Platão está cheia de ensinamentos para meditar".<sup>28</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOYRÉ, Alexandre. *Introdução à leitura de Platão*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

PIETTRE, Bernard. In: *Platão, A República, livro VII*, Brasília: Universidade de Brasília/ São Paulo: Ática, 1989.

PLATÃO. *Cartas*. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

\_\_\_\_\_. *Político*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Os pensadores)

\_\_\_\_\_. *A república*. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Revista *Veja*, *Ética e política*. Ed. Abril. edição n.. 1691, ano 34. n. 10, 14 de março de 2001, p. 36-53.

<sup>1</sup> Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 34, nota 10; Cf. tb. KOYRÉ, Alexandre. *Introdução à leitura de Platão*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 68.

<sup>2</sup> Cf. PLATÃO, *Cartas*. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 47-94.

<sup>3</sup> Atenas, na época de Platão, tinha como forma de governo a oligarquia, que era exercida pela aristocracia.

<sup>4</sup> Cf. PIETTRE, B., In: *Platão. A República: Livro VII*. 1989. Brasília: Universidade de Brasília/ São Paulo: Ática, 1989. Segundo Piètre, Atenas, a partir do séc. IV e III a.C. passou por declínio devido às guerras intermináveis, gerando, por via de consequência, o crescimento da corrupção. Vide p. 10-11.

<sup>5</sup> Cf. PLATÃO *apud* PIETTRE, B., *op. cit.*, p. 17.

<sup>6</sup> Cf. PIETTRE, *op. cit.*, p. 13.

<sup>7</sup> Cf. PLATÃO, *A República. Livro III*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 101-160. Neste livro, Platão responde aos argumentos levantados por Adimanto, o qual, no Livro II, discorre sobre o que é justo e injusto, fazendo referências aos ensinamentos de Homero e Hesíodo, os quais teriam em suas

produções literárias banalizadas os valores morais e religiosos, pois era passível aos deuses mentir, ressaltando a presença de qualidades boas e ruins na alma humana, bem como a banalização da morte, dentre outros. No mesmo sentido, cf. tb. KOYRÉ, A., *op. cit.*, p. 94-95.

<sup>8</sup> Cf. OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 30.

<sup>9</sup> A apreensão do real em sentido estrito pelos pré-socráticos implicava numa identidade entre o homem e o todo, a qual não era tematizada pela consciência mitológica, pois se relacionava a um questionamento de ordem lógico-ontológico.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 31-32. Aqui o autor descreve o rompimento de perspectiva outrora existente no mundo grego, marcado sobretudo pela consciência mitológica, por uma com assento na razão, tendo implicações lógico-ontológicas cruciais no pensamento de Platão e de toda a filosofia. Vale ressaltar que a reflexão dos pré-socráticos acerca da natureza já implicava a pergunta pelo todo, pois tal natureza “(...) não era uma região específica da realidade, mas o ser, a realidade em sua globalidade, de tal sorte que aqui filosofia da natureza significa filosofia do todo” (p. 32).

<sup>11</sup> *Id. Ibidem*, p. 32. “enquanto a filosofia pretende convencer pela força da argumentação racional, o interesse da sofística é persuadir a qualquer custo”.

<sup>12</sup> Cf. nota 10.

<sup>13</sup> Cf. PIETTRE, B., *op. cit.*, p. 29-30.

<sup>14</sup> Cf. OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 33.

<sup>15</sup> *Id. Ibidem*, p. 34-35.

<sup>16</sup> *Id. Ibidem*, p. 35.

<sup>17</sup> *Id. Ibidem*, p. 36.

<sup>18</sup> *Id. Ibidem*, p. 37.

<sup>19</sup> *Id. Ibidem*, p. 38-39.

<sup>20</sup> *Id. Ibidem*, p. 44.

<sup>21</sup> *Id. Ibidem*, p. 47.

<sup>22</sup> *Id. Ibidem*, p. 47-48.

<sup>23</sup> KOYRÉ, *op. cit.*, p. 87-110.

<sup>24</sup> *Id. Ibidem.*, p. 88. Cf. tb. p. 49.

<sup>25</sup> Cf. PLATÃO. A República, *op. cit.*, 540d-e.

<sup>26</sup> Cf. PLATÃO. *Político*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, colec. Os pensadores, p. 261.

<sup>27</sup> Cf., por exemplo, Revista *Vêja*, março de 2001, p. 36-53.

<sup>28</sup> KOYRÉ, *op. cit.*, p. 132.

## ABSTRACT

The article deals with the relation existing between ethics and politics in the philosophical thought of Plato and highlights the position adopted in the book *The Republic*, as well as the conception of political philosophy – the essential category of politics, the relationship between the ideal city and the individual and its relevance nowadays.

## KEYWORDS

Ethics. Politics. Republic.

## RÉSUMÉ

Il s'agit d'un article sur l'articulation présente entre éthiques et politiques dans la pensée philosophique de Platon, principalement dans son livre *République*, en plus, l'auteur fait des remarques sur ses conceptions de philosophie politique - la catégorie essentielle de politique, la relation entre le cité idéale et l'individu et sa importance dans l'actualité :

## MOTS-CLÉS

Éthiques. Politiques. République.